

CAMPO SANTO

Vivendo sob o capitalismo selvagem em um país tropical, dá para sentir na pele que tudo se transforma em mercadoria. Se antes parte das atividades cotidianas como cuidar dos filhos, da comida, das roupas, da educação para o mundo era algo que podia ser feito dentro de casa, o avanço voraz do capital capturou quase todas as atividades humanas. Claro, a divisão em classes sociais numa sociedade mal saída da escravidão e da economia rural para o assalariamento massivo em cidades desde sempre fez acumular capital e privilégios para poucos. A desigualdade abissal presente em nossa sociedade se faz do nascimento à morte. Até nos cemitérios, onde dizem que ninguém leva o que tem em vida, mostra o contrário.

Sabe-se que o primeiro cemitério de Franca, localizado logo atrás da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição (onde hoje está a fonte luminosa, no centro da principal praça da cidade), tinha um concorrente: os mais ricos pagavam para ser enterrados dentro da igreja, acreditando que ficariam mais próximos de Deus. Quando o atual cemitério da Saudade foi criado, por volta de 1870, também em região central, a separação das classes sociais se instalou de imediato.

Poucos anos atrás, o Condephat municipal tombou um conjunto de sepulcros do velho cemitério da Saudade por sua qualidade estética e histórica, são tumbas em mármore adornadas por estatuária rica em anjos, serafins e querubins. É a morada eterna da elite cafeeira, dos ricos fazendeiros e comerciantes locais. As tumbas dos pobres eram rasas, apenas uma placa azul pequenina e numerada indicava onde ficava. A retirada, no final dos anos 1970, do cemitério israelita que ocupava um trecho do cemitério da Saudade, aumentou a oferta de lotes vagos. De tempos em tempos, como o cemitério está lotado, a Prefeitura verifica se existem locais livres e licita (revende) as vagas a preços inacessíveis à maioria, literalmente pela hora da morte. Ou seja, cria segregação social mesmo após a morte, os ricos se acotovelam numa região, os outros se vão para locais menos “nobres”.

Em meados dos anos 60, a Prefeitura abriu um cemitério novo no alto da Avenida Presidente Vargas, inicialmente apelidado pelo sugestivo nome de “Mineirão” por conta da construção à época do estádio em BH ao mesmo tempo em que a cidade vivia forte migração da população das vizinhas cidades mineiras para a cidade e passaram a ocupar o novo cemitério, oficialmente chamado de Santo Agostinho. O projeto do arquiteto Luiz do Couto Rosa dividiu a enorme quadra em quatro partes iguais, tendo ao centro uma pequena capela ecumênica elevada e envidraçada, de cunho modernista. A tentativa de igualar a todos no local, impedindo a construção de grandes jazigos acabou tornando o lugar mais equânime que o antigo cemitério da Saudade. Mais recentemente, sem espaço nos cemitérios, a prefeitura vem comprando lotes num cemitério privado do tipo parque, projeto do arquiteto José Luiz Silva anexo ao Distrito Industrial. Em São Paulo, a arquitetura brutalista do crematório da Vila Alpina ainda é exemplo de uma obra pública de qualidade, projeto da arquiteta Ivone Macedo Arantes em 1974.

A crise das cidades, a crise climática e necessidade de avançar na sustentabilidade urbana abre espaço para discutir ideias sobre os cemitérios, que podem poluir o lençol freático. Uma delas

em debate é a retirada de seus muros, afinal seriam mais vigiados que hoje reduzindo depredações e poderiam ser incorporados de forma mais natural à paisagem urbana, até como espaços abertos que são. Se existissem crematórios públicos, aumentaria a demanda por essa solução e reduziria a necessidade de mais áreas para sepultamento, que seriam usadas como áreas verdes. São questões polêmicas que precisam ser abordadas, ainda mais quando a necropolítica do atual governo durante a pandemia nos levou tantos compatriotas.

Mauro Ferreira é arquiteto